

Distribuir Estado e Nação?

Clon. Brasil

JORNAL DE BRÁSILIA João Gilberto Lucas Coelho

5 MAR 1988

Depois de uma experiência autoritária e centralizadora, ingenuamente a opinião pública brasileira vai caindo nas manobras dirigidas por aqueles que privatizaram o Estado em favor de seus privilégios e interesses, e hoje querem destruí-lo.

Poucas são as análises lúcidas e tranquilas que são feitas a respeito do "estado falido" — até mesmo ministro de Estado diz que está falido, será bem assim? — e as repercussões no déficit público e outras situações. Fala-se no déficit do setor público e não se cogita de quanto investiu para salvar iniciativas privadas em crise, empresas financeiras e industriais que fracassaram ou foram socorridas pelo Orçamento da União. Diz-se de estatais que dão prejuízo, mas, não se trata a respeito daquelas empresas particulares, financiadas por fundos públicos, que não deram certo, tiveram de ser assumidas pelo Estado e agora, já rentáveis, reclamam alguns que sejam devolvidas à iniciativa privada. Exemplificam com países da Europa, até socialistas ou social-democratas, que realizam políticas de privatização; só que ninguém lembra que efetuaram antes a solução dos problemas básicos da população com uma forte presença estatal e somente após alcançarem o bem-estar social — tão distante dos brasileiros — é que estão buscando novos caminhos.

Cresce no Brasil o raciocínio simplório de que o Estado é uma empresa ou apenas uma operação contábil. A respeito, repito, que sempre na História, quando Nações foram tratadas apenas como um problema econômico, financeiro ou contábil, tivemos revoluções ou catástrofes. O último exemplo é o Oriente Médio: o Ocidente

considerou-o apenas um bem-sucedido fornecedor de petróleo e o resultado está no choque cultura e religioso do islamismo e no caminho aberto para fanatismos. Uma Nação não é apenas uma questão de números e de balanço financeiro. Ela reúne aspectos sociais, culturais, étnicos, históricos, que excedem em muito a dívida externa, o déficit, a balança comercial.

No Brasil, o sistema financeiro internacional e os interesses econômicos locais, com o comando que dão às políticas governamentais atuais, prepararam um cataclisma político-social. A Nação irromperá, sabe-se lá por quais caminhos, contra a violência de estar sendo reduzida a uma operação em livro-caixa.

A privatização inconsequente e generalizada, como é apregoada e começa a ser praticada num país de desequilíbrios e graves deficiências, quer que o Estado arque com os passivos e os empresários privados recebam apenas ativos de empresas alienadas. Um dirigente empresarial chegou a propor recentemente que auditores privados façam a seleção final das empresas a serem vendidas, levando em conta o interesse dos adquirentes e não da comunidade nacional, e esquecendo que temos poderes constituídos e um Parlamento eleito pelo povo.

A redução do déficit torna-se um valor absoluto e está arrastando programas sociais necessários diante da penúria e da marginalização de milhões de brasileiros, desorganizando o crescimento econômico e tecnológico e afetando, com atraso de décadas, setores vitais como o da energia, o que representará, no futuro, dano à própria iniciativa privada.

As demissões de servidores, sem o essencial caráter seletivo, ameaçam trazer de volta epidemias, castrar cultural e tecnicamente o Brasil, levando à falência importantes programas.

Não há uma política séria para direcionar a essencial presença estatal para setores que dela necessitam, retirando-a de alguns outros onde tem sido equivocada ou dispensável. Ou de reduzir o déficit, cortando o supérfluo, sem atingir o compromisso de redenção social e os investimentos necessários. Ou de uma justa seleção para evitar a ociosidade de servidores e abusos conhecidos. Trata-se, na verdade, de uma metralhadora giratória, em mãos incompetentes, arrasando iniciativas que ao longo de décadas haviam sido concretizadas. Num melancólico fim de Governo derrubam-se alicerces importantes, sem nenhum horizonte de reorganização administrativa, o que, aliás, deve ser feito no início e não no final de uma gestão.

A questão tecnológica, crucial para todas as Nações atualmente, sofre um retrocesso de consequências severas.

Num País que necessita de políticas públicas para superar a miséria, planejar e acionar o seu desenvolvimento, tentam destruir o Estado e desmontar a Nação, como se estes fossem meros jogos de números. A História ensina que a resposta a este tipo de insensibilidade costuma desconhecer limites, derubar Bastilhas e regimes. O insensato momento que vivemos pode ter consequências muito graves.

□ João Gilberto Lucas Coelho, parlamentar, é professor visitante do Departamento de Ciências Políticas e Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB).